

Justificativa PL 21/09

Tomando como base os dados fornecidos pela própria Prefeitura, afirmando que o Poder Público disponibiliza o atendimento odontológico gratuito para toda a população, conforme preceituam os princípios do Sistema Único de Saúde, numa rede que conta, atualmente, com cerca de 330 unidades básicas de saúde, 23 unidades especializadas, 11 postos de pronto atendimento e pronto-socorro e 4 hospitais da rede municipal, além de serviços da rede estadual de saúde, consideramos possível o atendimento de todos os alunos da rede Municipal de Educação.

Além disso, esta lei serviria como complemento ao Programa Aprendendo com Saúde, que incorporou as ações de saúde bucal em março de 2008, sendo o custo da carteira de saúde bucal baixíssimo e o benefício altamente compensador.

Dos problemas que comprometem a saúde bucal das pessoas em geral, a cárie é o mais comum de todos. Levantamentos epidemiológicos já comprovaram que este é o mal de maior incidência entre crianças e adolescentes de países latino-americanos e o grande responsável pela dor, pelo desconforto, pelo mau hálito, pela perda de dentes, pelos abscessos e pelos focos de infecção dentários. Além da cárie, existem outros problemas como a doença periodontal, a gengivite, o tártaro, as maloclusões e os problemas de ordem estética.

Toda essa situação acaba por diminuir a resistência orgânica, comprometendo as articulações e causando complicações que, algumas vezes levam os alunos a faltar nas aulas, trazendo, como conseqüência, um baixo rendimento escolar.



VEREADOR AGNALDO TIMÓTEO

A melhor forma de se evitar tais complicações é visitar regularmente o dentista. Além de verificar a higienização bucal, ele pode realizar o tratamento necessário, melhorando o quadro preventivo através de uma limpeza adequada e da aplicação do flúor.

A carteira de saúde bucal será uma forma de controle da freqüência de comparecimento dos nossos alunos ao dentista, minimizando todos os problemas descritos acima, que tanto afetam o rendimento escolar.

Tendo em vista o inegável interesse público, aguardamos o apoio dos Nobres Pares no sentido de ver nossa proposta aprovada.